



BÚZIOS
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

PROCESSO Nº 6096/2026
CONTRATO Nº 107/2026

**TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI
O MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
REPRESENTADO PELO FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE E A EMPRESA MULTH LAVE
LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA.**

Pelo presente instrumento particular o **MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS** através do **Fundo Municipal de Saúde** pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob 11.962.794/0001-90, com sede administrativa situada Av. da Usina Velha, nº 945, Centro (Mangue), Armação dos Búzios – RJ, representado pelo gestor **Sr. LEÔNIDAS HERINGER FERNANDES**, portador da cédula de identidade nº 109407585, devidamente inscrito no CPF sob o nº 079.522.817-12, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **MULTH LAVE LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 31.000.880/0001-20, com sede na Avenida Automóvel Club, Quadra A, Lote 20, Prédio nº 459, Santa Cruz da Serra, Cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 25.255-030, representada neste ato pelo Srº. **LINCOLN RIBEIRO DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado, nascido em 09/04/1980, natural do Rio de Janeiro, portador da C. I. 11772654-7, expedida pelo IFP RJ, e da CNH registro nº 00330305720, expedida pelo DETRAN RJ em 24/05/2018, e do CPF/MF nº 079.599.917-82 e pela Srª. **JANAINA NUNES SAMPAIO**, brasileira, empresária, solteira, nascida em 10/08/1974, natural do Estado do Rio de Janeiro, portadora da identidade nº 4554553, expedida pelo SSP/PE em 23/01/1991, e do CPF/MF nº 846.771.984-20, e doravante denominada **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, com fundamento no **art. 86, §§2º e 4º da Lei Federal nº 14.133/2021**, realizado nos autos do **Processo Administrativo n.º 6096/2026** nos termos das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de processamento de roupas hospitalares, compreendendo a coleta, transporte, pesagem, lavagem, higienização, desinfecção, secagem, calandragem, passadoria, dobragem, embalagem e devolução do enxoval hospitalar em condições adequadas de uso, com fornecimento das peças em regime de comodato, destinados ao Hospital Municipal Rodolpho Periss, por meio de Adesão à **Ata de Registro de Preços nº 00215/2025, Pregão Eletrônico nº 90097/2025**, gerenciada pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias/RJ, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Armação dos Búzios/RJ, conforme condições estipuladas no Estudo Técnico Preliminar e documentos anexos ao presente.

ESTRADA DA USINA, 600 – CENTRO – CEP: 28950-000
COORDENADORIA ESPECIAL DE CONTRATOS

**BÚZIOS**
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO:

2.1. O valor GLOBAL deste contrato é de **R\$ 2.383.517,52 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme estudo técnico preliminar e planilhas anexa aos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Em caráter geral, os serviços serão executados conforme no Estudo Técnico preliminar:

3.1. A solução a ser adotada deverá ser capaz de garantir a prestação contínua, regular e eficiente dos serviços de processamento de roupas hospitalares, assegurando que todas as peças retornem em condições adequadas de higiene, conservação e utilização, em conformidade com as necessidades assistenciais das unidades de saúde.

3.1.1. O processamento das roupas deverá observar rigorosamente os procedimentos técnicos e as normas sanitárias aplicáveis aos serviços de saúde, garantindo a separação adequada entre roupas limpas e contaminadas, a prevenção da contaminação cruzada, a redução da carga microbiológica, a preservação das características físicas e da vida útil do enxoval hospitalar, bem como a rastreabilidade das etapas do processamento, de forma a assegurar elevados padrões de qualidade, segurança e controle sanitário.

3.1.2. A solução deverá assegurar capacidade operacional suficiente para atender integralmente à demanda das unidades hospitalares, considerando o funcionamento ininterrupto do Hospital Municipal Rodolpho Perissé, possibilitando o fornecimento contínuo de enxoval higienizado sem ocasionar desabastecimento ou prejuízo à prestação dos serviços assistenciais.

3.1.3. A contratada deverá possuir estrutura operacional, equipamentos, instalações, processos produtivos e logística compatíveis com o volume estimado de roupas hospitalares a serem processadas, garantindo a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos pela Administração e em conformidade com os níveis mínimos de desempenho definidos no instrumento convocatório.

3.1.4. A execução dos serviços deverá contemplar procedimentos específicos para o processamento de roupas provenientes de áreas críticas, semicríticas e não críticas, observando protocolos diferenciados de higienização e desinfecção, quando aplicáveis, de modo a atender às exigências sanitárias e às características dos diferentes setores assistenciais.

3.1.5. A solução deverá garantir mecanismos de controle de qualidade durante todas as etapas do processamento, bem como registros operacionais que permitam a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual pela Administração.

3.1.6. A prestação dos serviços deverá ser executada de forma a minimizar impactos às atividades hospitalares, assegurando regularidade na coleta e entrega do enxoval, cumprimento dos cronogramas operacionais e disponibilidade permanente de roupas limpas para atendimento das demandas assistenciais, contribuindo para a continuidade dos serviços de saúde, para a segurança dos pacientes e profissionais e para o adequado funcionamento das unidades hospitalares.

**BÚZIOS**
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

3.2. Na execução dos serviços contratados deverá ser observado o estipulado na cláusula 19.15 do ETP que é parte integrante desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 140, I da Lei 14.133/21:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

§ 1º Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ETP e na proposta (ata aderida), devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

§2º O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

§3º No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

§ 4º O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

§5º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

§6º Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

§7º À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para a prestação de serviço com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;



BÚZIOS
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

§8º aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pela Contratada até a assinatura do contrato, em até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal.

Parágrafo Primeiro- Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir documento correspondente, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.962.794/0001-90 com sede administrativa situada na Av. da Usina Velha, nº 945, Centro (Mangue), Armação dos Búzios – RJ.

Parágrafo Segundo- Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, o valor devido poderá ser acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo Terceiro- Caso se efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quarto- O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário responsável pela pasta requisitante, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao titular daquela secretaria.

Parágrafo Quinto- Na ocasião do pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da Contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do município de Armação dos Búzios, com suas alterações e regulamentações posteriores.

Parágrafo Sexto- Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

Página 4



BÚZIOS
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

Parágrafo Sétimo- Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

CLAUSULA SEXTA – DO REAJUSTE:

6.1. Os valores pactuados mediante contrato administrativo são fixos e irrevogáveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

6.2. Após esse interregno, se o contrato permanecer vigente, poderá a empresa CONTRATADA fazer jus a reajuste dos preços pactados, mediante a aplicação do Índice Geral de Mercado-IGP-M exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. O reajuste será contado a partir da data da assinatura do contrato, visando assim, ausência de reajustamentos precoces.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os preços apresentados terão os seus valores em reais e ocorrerá pela Dotação da Secretaria Municipal Contratante.

Dotação:	10.302.0021.2128
Elemento de Despesa:	3.3.90.39.00
Fonte:	1600
Ficha:	695

ESTRADA DA USINA, 600 – CENTRO – CEP: 28950-000
COORDENADORIA ESPECIAL DE CONTRATOS



BÚZIOS
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

8.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. É DEVER DA CONTRATADA:

9.1.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.2. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto, nos limites fixados no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.1.3. Credenciar, junto à Secretaria solicitante, funcionário que atenderá às Ordens de Serviços, objeto da presente Contratação.

9.1.4. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Secretaria solicitante.

9.1.5. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, cumprindo rigorosamente as descrições contidas na presente contratação.

9.1.6. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE.

9.1.7. Ficar à disposição da CONTRATANTE durante o período de execução do serviço.

9.1.8. Ficarão por conta da CONTRATADA todos os impostos, taxas, seguros, transportes, materiais de higienização e demais custos necessários a completa disponibilização do objeto.

9.1.9. Arcar com todas as despesas necessárias, essenciais e extraordinárias para a plena execução do contrato, tais como custos diretos e indiretos, tributos, despesas fiscais, financeiras, trabalhistas, inclusive fretes, manutenção e seguro;

9.1.10. Credenciar junto a secretaria, funcionário que atenderá às requisições dos serviços objeto da presente contratação;

9.1.11. Conduzir os serviços em estrita observância ao Estudo Técnico preliminar;

9.1.12. Responder pelos serviços que executar, na forma da legislação em vigor;

9.1.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a Secretaria), no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.119 da Lei nº 14.133/21);

**BÚZIOS**
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

9.1.14. Cumprir as obrigações descritas no termo de referência (ata aderida) e Estudo Técnico preliminar, parte integrante deste instrumento.

9.2. É DEVER DA CONTRATANTE:

9.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições exigidas no Edital de Pregão.

9.2.3. Avaliar a qualidade dos serviços prestados por ocasião pela CONTRATADA.

9.2.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no estudo técnico preliminar.

9.2.5. Emitir a Ordem de Serviço e/ou Empenho, devendo conter a identificação da Unidade Requisitante, o número do Processo Administrativo, a identificação da CONTRATADA, a especificação do item, quantidade, data, horário e endereço de prestação do serviço, que será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA.

9.2.6. Rejeitar o serviço no todo ou em parte, caso constate irregularidades com respeito à qualidade do mesmo, determinando que seja refeito, rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.2.7. Atestar, para fins de pagamento, os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto cumprimento da prestação do serviço.

9.2.8. Exercer a Fiscalização da contratação.

9.2.9. Reservar à fiscalização da Secretaria solicitante, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no Estudo preliminar nº 053/2026 ou, quanto pertinente, pelo termo de referência do órgão gerenciador e em tudo o mais que se relacione com o Objeto da presente contratação, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE.

9.2.10. Solicitar os serviços da empresa pelos meios fixados no estudo técnico preliminar e termo de referência (ata aderida), parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA FISCALIZAÇÃO: O objeto da presente contratação será acompanhado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS e fiscalizado por servidor formalmente designado pelo **Fundo Municipal de Saúde**, conforme o caso, que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

Parágrafo Primeiro - À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente, e, em tudo o mais referente à prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS ou modificação do Termo.



BÚZIOS
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

Parágrafo Segundo - A Contratada submeterá a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução da entrega.

Parágrafo Terceiro - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS e a terceiros.

Parágrafo Quarto - Serão designados, em ato próprio, servidores para fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência do órgão gerenciador da Ata Aderida, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

12.3.1. Não será admitida a subcontratação.

12.3.2. A CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS:

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

ESTRADA DA USINA, 600 – CENTRO – CEP: 28950-000
COORDENADORIA ESPECIAL DE CONTRATOS

**BÚZIOS**
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

15.1. ajustes, suas alterações, disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação obedecerão ao disposto nos artigos 155 a 156 na Lei Federal nº. 14.133/21, observados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

- a) Advertência, nas hipóteses de descumprimento de obrigações de menor gravidade, que não resultem em prejuízo ao erário ou à execução do objeto;
- b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução parcial do objeto;
- d) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total do objeto;
- e) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos, nas hipóteses previstas no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, garantindo-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados da data de notificação.

15.3. A aplicação de multa não impede a rescisão unilateral do contrato pela Administração, nem a aplicação cumulativa de outras penalidades previstas em lei.

15.4. Os valores das multas serão descontados dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, quando insuficientes, cobrados judicialmente

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

16.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



BÚZIOS
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

16.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

16.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD:

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário



BÚZIOS
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.12. contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DA GARANTIA DA EXECUÇÃO:

NÃO haverá exigências quanto ao recolhimento de Garantias Financeiras Da Execução Contratual

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Aplica-se a este contrato e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 14.133/21, bem como as demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DA PUBLICAÇÃO: Incumbirá ao à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PRIMEIRA- DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Armação dos Búzios – RJ.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas a tudo presente.

Armação dos Búzios, 26 de agosto de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEÔNIDAS HERINGER FERNANDES
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE



Documento assinado digitalmente
LINCOLN RIBEIRO DA SILVA
Data: 27/08/2026 10:50:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

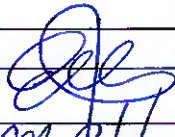
MULTH LAVE LAVANDERIA INDUSTRIAL
CNPJ nº 31.000.880/0001-20
CONTRATADA

ESTRADA DA USINA, 600 – CENTRO – CEP: 28950-000
COORDENADORIA ESPECIAL DE CONTRATOS



BÚZIOS
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Governança e Compliance
Coordenadoria Especial de Contratos

Testemunha 01	Testemunha 02
Assinatura 	Assinatura 
Nome <i>Eric M. Barros</i>	Nome <i>Paulo Eduardo P. de B.</i>
RG <i>078748007</i>	RG <i>20919544-4</i>
CPF <i>036.376.201-56</i>	CPF <i>191.564.844-55</i>

ESTRADA DA USINA, 600 – CENTRO – CEP: 28950-000
COORDENADORIA ESPECIAL DE CONTRATOS

[illegible]



Estado do Rio de Janeiro

10000.00	
1211.00	
201.00	10000.00
200	1211.00